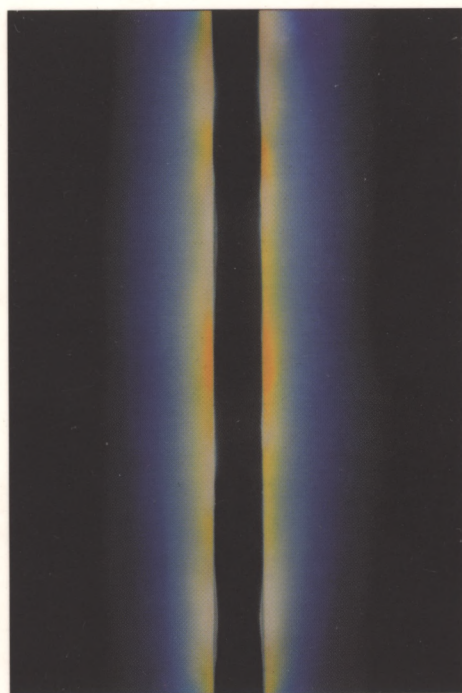


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



TOLERÂNCIAS, INTOLERÂNCIAS

VOLUME 25, 2004

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

BOLCHEVIZAÇÃO, FUNCIONÁRIOS CLANDESTINOS E IDENTIDADE NO PCP

Em Julho de 1961, a GNR de Setúbal prendia José Pacheco, um antigo trabalhador rural, de 46 anos, natural de Sines, juntamente com sua mulher, Ermelinda Duarte, três anos mais nova, igualmente assalariada agrícola e natural da mesma localidade.

Preparavam-se na altura para levantar as mobílias e outros objectos que haviam despachado nesse mesmo dia de Cuba, no Alentejo. Havia dois meses que aí moravam e como tivessem detectado a vigilância que a GNR lhes movia mudavam de residência.

Apercebendo-se da movimentação, a Guarda de Cuba verificara o destino do despacho ferroviário, comunicara com o posto de Setúbal e ambos seriam presos à chegada ao novo destino. Juntamente com eles seria apreendida quantidade apreciável de documentação do PCP⁽¹⁾.

Ciente das circunstâncias da sua detenção, José Pacheco não hesitara em assumir-se como militante comunista. Apenas isso, recusando-se a prestar quaisquer outras declarações. Ermelinda, por sua vez, declararia não pertencer nem nunca ter pertencido ao Partido Comunista, limitar-se a tratar da casa e do marido, não desempenhando quaisquer outras tarefas nos cinco anos em que andaram na ilegalidade⁽²⁾.

* Investigador do Instituto de História Contemporânea - FCSH/UNL.

⁽¹⁾ Cf. IAN/TT, Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo Criminal, *Processo 16654/61*, 1º vol., Participação da 1ª Secção, 2ª Companhia do Batalhão nº 3 da GNR, [8 de Julho de 1961], dact., 1 p. [4].

⁽²⁾ Cf. *Idem*, Auto de Perguntas a Ermelinda Duarte, em 10 de Julho de 1961, dact., 2 pp., [13-14].

Era de um casal de funcionários clandestinos do PCP que se tratava. O seu comportamento, na movimentação e face à prisão, correspondia ao padrão de resposta para o qual haviam sido instruídos.

O percurso de José Pacheco era igualmente típico do funcionário clandestino a desenvolver funções de controlo intermédio no âmbito da actividade comunista no interior do país.

Treze anos antes, em 1947, havia sido preso pela primeira vez, ainda em Sines, quando pertencia ao respectivo Comité Local. Julgado e condenado a 18 meses de prisão, ao ser posto em liberdade retoma a actividade partidária, voltando a ser preso em 1951. Voltará ao trabalho militante e, cinco anos mais tarde, passa à clandestinidade, actuando sempre no Alentejo.

Três quadros, três biografias militantes

Entre a documentação que lhe é apreendida consta um pequeno papel manuscrito que certamente havia acabado de receber. Trata-se de um questionário com quinze perguntas respondido por um militante nas vésperas de passar à clandestinidade.

Aí se explicitava tratar-se de um trabalhador agrícola, há 16 anos ligado ao partido, dos quais dez como militante e os restantes como simpatizante, mas que nunca havia passado pela prisão. À pergunta sobre a sua conduta moral, respondia “Eu concidero-Me sério”, afirmando-se disposto a “Desempenhar os t.[rabalhos] que estejam ao meu alcance”. À questão sobre o que pensava do partido, declarava que “O PC é o P.[artido] da vanguarda das maças operárias”⁽³⁾.

Uns meses antes, um outro quadro do Partido Comunista, mas em vésperas de ser refuncionalizado, escrevia uma extensa autobiografia dactilografada em dez páginas, que estaria entre os papéis apreendidos a Guilherme da Costa Carvalho, membro do Comité Central do PCP, aquando da sua prisão em Novembro de 1960.

Júlio da Conceição Silva Martins era, todavia, um engenheiro agrónomo, de 34 anos, originário de uma família de grandes proprietários fundiários de Oliveira de Azeméis.

⁽³⁾ IAN/TT, ADL, TCL, 3º JC, P. 16654/61, 1º vol., [sem título], s.d., mns, 1 p., [45].

Neste documento traça pormenorizadamente o seu percurso desde criança. Refere, além da posição social, as tendências políticas da família, dos avós aos irmãos e cunhados. Assinala como, com 12 anos, rompe com as convicções religiosas inculcadas por sua mãe, católica praticante; refere as simpatias dos seus irmãos e cunhados pelo PCP; acrescenta como cortou relações com o seu irmão mais velho, por cuja mão se tinha aproximado do Partido Comunista, depois deste ter tido mau porte na cadeia, ter traído, no jargão utilizado; ou como se afastou também de um dos seus cunhados que além do mau porte teve “conduta intriguista e caluniatória e andou metido noutras actividades duvidosas”⁽⁴⁾.

É recrutado em 1945, estudante liceal ainda, sete anos depois de ter começado a participar em actividades de propaganda do partido, justificando tão grande período de tempo como simpatizante, porque “persistiam certos hábitos, tendências e deficiências pessoais, contraídas no meio familiar e ainda numa larga e amortecedora influência da família e das características pequeno-burguesas do conjunto de camaradas e amigos a que estava ligado”⁽⁵⁾.

Em Lisboa, desde finais de 1945, frequenta o curso de Agronomia, liga-se ao MUD Juvenil ao mesmo tempo que frequenta o meio operário e popular de Alcântara. Pertence também à comissão de freguesia do MUD, Movimento de Unidade Democrática, depois aos serviços locais da Candidatura de Norton de Matos e finalmente ao MND, Movimento Nacional Democrático, em 1949.

Em consequência de uma actividade de agitação de rua esteve pela primeira vez preso durante dois meses e meio. Retoma a actividade, passa a integrar a comissão concelhia de Lisboa do MND e, logo de seguida, em rápida ascensão, a comissão distrital. Volta a ser preso e em 1954 já pertence à Comissão Central, tornando-se responsável pelo aparelho de agitação e pelo controlo das distritais de Lisboa, Beja e Algarve.

É então ligado directamente à Direcção do PCP, passando a fazer parte do organismo que controlava a Comissão Central do MND. É nesta altura, em 1955, que se torna funcionário do partido com tarefas legais nesse Movimento. Acrescenta na biografia que, nessa qualidade, a sua

⁽⁴⁾ IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 75/GT*, Gabinete Técnico, Autobiografia de Júlio da Conceição Silva Martins, 1960, [cópia], dact., p. 2. [166].

⁽⁵⁾ *Idem*, p. 3, [167].

posição “se tornou difícil em virtude de conflito surgido com outros elementos de (41) (COMISSÃO CENTRAL) [do] (18) (MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO) pela aplicação da linha do Partido”⁽⁶⁾.

É preso em Novembro desse ano de 1955 sendo condenado a dois anos de prisão e medidas de segurança, integrando-se activamente na organização partidária prisional.

Quatro anos depois, ainda em liberdade provisória, passa à clandestinidade. É desta altura a biografia que vimos seguindo, onde se patenteia um esforço autocrítico, por vezes pungente, mas sempre acompanhado de declarações de disposição combativa e de aceitação da disciplina e da orientação partidária.

Da mesma época é a biografia de Francisco Martins Rodrigues, que havia fugido do forte de Peniche em Janeiro de 1960, integrando com Álvaro Cunhal o avultado grupo de dirigentes e quadros comunistas que daí se consegue evadir. Estava prestes a ser cooptado para membro suplente do Comité Central.

A sua “Nota auto-biográfica” é bastante sintética, mas não deixa, nem por isso, de referir a origem pequeno-burguesa, as tendências antifascistas da família, o percurso escolar e profissional, a ligação ao MUD Juvenil desde 1949, a entrada no partido em 1951, as actividades legais no âmbito daquela organização de juventude, as prisões breves, a passagem à clandestinidade em finais de 1954, a sua nova prisão três anos mais tarde, o comportamento no tribunal, a integração na organização prisional e a audaciosa fuga que experimentara.

Não obstante, é um tom crítico em relação ao partido que predomina em grande parte do documento. Antes de se tornar funcionário clandestino reconhece que “a estreiteza de contactos e de orientação [...] impediu uma aprendizagem directa da luta de massas e gerou tendências sectárias e burocráticas”⁽⁷⁾. Já como funcionário refere ter verificado existir “falta de trabalho colectivo, autoritarismo e uma forma burocrática de tratar com os quadros”⁽⁸⁾, críticas que não foram bem acolhidas e que suscitaram após acesa discussão a sua compulsiva transferência de sector, tendo

⁽⁶⁾ *Idem*, p. 7 [171].

⁽⁷⁾ IAN/TT, Pide-DGS, P. 212/GT, Pasta 23, Nota auto-biográfica, dact., s.d., p. 1, [7].

⁽⁸⁾ *Idem*, p. 2, [8].

contribuído para que se desmotivasse, sentisse falta de confiança nos seus controladores, desenvolvesse burocraticamente as tarefas, resistisse veladamente a uma plena aplicação das orientações partidárias, acabando por ser suspenso três meses, ainda que, ao retomar actividade, se esforçasse por rectificar essas práticas e por se envolver de novo no trabalho militante.

A terminar, conclui: “Actualmente, estou em desacordo com alguns aspectos da linha política do partido expressos no programa: conforme já expus desenvolvidamente, penso que a linha do Partido tem sido afectada desde 1956 por desvios oportunistas de direita que ainda não foram analisados e corrigidos”⁽⁹⁾.

Se entre estas três biografias há diferenças que são substanciais e de significado importante quanto ao tipo de militante e ao seu próprio percurso partidário, quanto aos aspectos biográficos mais ou menos valorizados, quanto à própria forma como se expressa ou ao pendor mais ou menos crítico, o documento biográfico, comum a todos eles, constitui um elemento de referência incontornável.

Antes do mais, porque se reporta a um momento fundamental da própria biografia militante, uma espécie de formulário necessariamente preenchido para aferir da passagem dos militantes “legais” a funcionários, isto é, a revolucionários profissionais clandestinos.

O esteio do partido

Na nomenclatura partidária, distinguia-se entre militantes “legais” e “ilegais”. “Legais” eram os que desenvolviam actividade nas empresas, nos Sindicatos Nacionais, nas colectividades e outras agremiações, nas estruturas toleradas dos movimentos oposicionistas como o MUD, o MUDJ ou o MND. “Ilegais” eram os que asseguravam a actividade partidária, em sentido estrito, fundamentalmente quadros clandestinos funcionalizados.

Havia nesta óbvia distinção uma gradação de importância nítida. As funções dirigentes, mesmo que em níveis intermédios e por vezes até junto da base do partido, eram quase que exclusivamente exercidas por funcionários.

⁽⁹⁾ *Idem.*

Comparada com a passagem de simpatizante a militante, a passagem de militante “legal” a funcionário implicava uma carga política e simbólica enorme. Revolucionários profissionais eram do ponto de vista partidário os melhores, os mais abnegados, os que se dispunham a dedicar por inteiro a sua vida ao partido, os que, por isso, melhor reuniram em si o papel de vanguarda do proletariado. Eram o esteio do partido.

Para Álvaro Cunhal “a existência de um colectivo de homens e mulheres firmemente decididos a travar a luta contra o fascismo nas condições de acção clandestina e de vida clandestina e dispostos a todas as provas, incluindo dar a vida se tal se impusesse, como em muitos casos de facto se impôs”⁽¹⁰⁾ constituiu uma das condições com que o dirigente comunista explica a sobrevivência do PCP durante a ditadura.

A auréola respeitada, mas misteriosa, do funcionário clandestino impunha-se no imaginário dos militantes “legais”, reforçava a dimensão efectiva da sua autoridade política, ideológica, moral mesmo. O seu ascendente era enorme. Ele controlava a actividade das células e dos Comités Locais – quanto dinheiro recebido, quantos jornais vendidos, quantos novos simpatizantes; recolhia as informações – que problemas sociais, que movimentações, quantas greves; trazia outras, as mais importantes, sobre a situação política nacional e internacional que vertia sobre a mesa da reunião, como que dotado de um esclarecimento superior; trazia a linha do partido, determinava as orientações, as tarefas.

No acesso a essa categoria radicava a verdadeira passagem a um outro nível e a um outro estádio. E, ainda assim com tantas diferenças, como a que diferenciava funcionários técnicos de funcionários de organização, com os primeiros entregues às tipografias, à falsificação de documentos, à manutenção e ao apoio às casas clandestinas ou a meras instalações logísticas.

Do mesmo modo, entre os funcionários de organização estava consagrada uma espécie de hierarquia baseada no nível de controlo político exercido. Numa grande cidade, como Lisboa ou o Porto, podiam hierarquizar-se dois ou três níveis de funcionários – os de zona ou do Comité Local, os de controlo regional e os provinciais, nível, por sua vez, directamente controlado pelo Secretariado.

⁽¹⁰⁾ Álvaro Cunhal, *O Partido Comunista: da “reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril*, Conferência no Seminário Para a História da Oposição ao Estado Novo, Universidade Nova de Lisboa – 9 de Abril de 1992, Separata do *Avante!*, 956, de 16 de Abril de 1992, p. 6.

A concepção leninista de partido, além do seu carácter centralizado, assentava na existência de um núcleo de revolucionários profissionais, como aliás Lenine, cáustico, determina logo no *Que fazer?*, em 1902:

“é muito mais difícil capturar uma dezena de homens inteligentes do que uma centena de patetas, e continuarei a defender este ponto de vista, sem fazer caso dos vossos esforços para atirar a multidão contra o meu ‘antidemocratismo’ [...]. Por ‘homens inteligentes’ em matéria de organização deve-se entender, como já o indiquei em várias ocasiões, apenas os revolucionários profissionais, quer sejam estudantes ou operários de origem”⁽¹¹⁾.

A estruturação do novo poder soviético introduziu em relação a todos eles um instrumento de controlo, que enquadrava e condicionava formalmente a mobilidade vertical no aparelho partidário – a autobiografia, correspondendo à necessidade de instituir mecanismos formais de promoção social, aferindo das competências e capacidades de desempenho de tarefas políticas e técnicas dos quadros.

Trata-se de uma prática instituída originariamente na União Soviética no final dos anos vinte e que viria a ser rapidamente adoptada pela Internacional Comunista, tarefa remetida à poderosa secção de quadros, criação orgânica logo de seguida aplicada aos diferentes partidos comunistas como componente da sua bolchevização, desdobrando e ampliando assim às suas próprias fileiras o mesmo tipo de mecanismo de controlo, selecção, promoção ou expurgo dos militantes⁽¹²⁾.

A autobiografia era um documento institucional, normalizado quanto aos aspectos a contemplar. Estava, por isso, longe de ser um texto livre e aberto que cada um redigia como entendia.

Queriam-se conhecer do militante as raízes sociais e profissionais; o percurso político, as dúvidas, incompreensões e deficiências no seu trabalho; a ligação mesmo que remota a elementos da burguesia, a reaccionários; a sua combatividade e disposição militante; o grau de compreensão dos seus erros e desvios e o seu empenho em corrigi-los.

⁽¹¹⁾ V. I. Lenine, *Que Fazer?*, Lisboa, Estampa, 1975, p. 141.

⁽¹²⁾ Cf. Claude Pannetier e Bernard Pudal, “Le PCF, le stalinisme et l’invention des cadres 1930-1939”, in *Cultures communistes au XXe siècle*, Paris, La Dispute, 2003, pp. 187-201.

O referencial biográfico tornava-se um instrumento fundamental da política de quadros, elemento substantivo de subordinação da vida militante ao carácter profundamente centralizador e hierarquizado do partido.

Uma bolchevização tardia e difícil

No caso do Partido Comunista Português, a inconsistência ideológica, primeiro, e as vicissitudes de ordem política, que rapidamente se lhe associaram com o advento da ditadura, retardaram por muitos anos um processo coerente e aprofundado de bolchevização.

Em 1929, o esforço de reorganização pretendeu tirar o partido da situação destroçada que o impacto da ditadura militar havia provocado, mas, ao longo dos anos trinta, as relações com a Internacional Comunista revelam uma enorme dificuldade quer na bolchevização quer na adequação da linha política às consignas determinadas pelo centro em Moscovo.

Nesses anos, o corpo de funcionários era muito pequeno, como aliás o próprio partido, e regia-se por normas e por um estilo de funcionamento muito imperfeito e débil. Durante um certo tempo, antes da fascização dos sindicatos, as próprias estruturas partidárias reuniam-se nas sedes dos sindicatos livres.

Em 1932, por exemplo, o Comité Regional de Lisboa havia sido todo preso quando reunia na sede do Sindicato dos Escritórios, em pleno centro da cidade e, no ano seguinte, os dois principais dirigentes da Federação das Juventudes Comunistas – Pedro Rocha e Rodrigo Ollero – seriam presos na casa onde viviam em quarto alugado, tendo a polícia apreendido aí toda a documentação da organização⁽¹³⁾.

Era frequente que uma mesma casa fosse partilhada por mais do que um dirigente, agravando os efeitos da investida repressiva.

Em 1938, Francisco Miguel, responsável pela organização partidária de Lisboa, vivia precisamente na mesma casa que Francisco Paula de Oliveira (Pável), o principal dirigente do partido. As constantes movimentações de Miguel, exigidas pelas funções que desempenhava, despertaram as atenções da polícia que conseguiria assim ferir a estrutura dirigente do PCP⁽¹⁴⁾.

⁽¹³⁾ Cf. Pedro Rocha, *Escrito com paixão*, Lisboa, Caminho, 1991, pp. 57-58.

⁽¹⁴⁾ Cf. Francisco Miguel, *Das prisões à liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 1986, pp. 42-43.

A apreensão de documentação, a vigilância de rua, os mecanismos deficientes de actividade clandestina tornavam mais vulnerável a segurança partidária. Isso exercia-se igualmente sobre as próprias tipografias, frequentadas por um número excessivo de militantes, com entradas e saídas que não sendo suficientemente resguardadas se tornavam permeáveis à vigilância policial.

Em 1939, é assaltada a tipografia clandestina mais importante do partido, instalada às portas de Lisboa. Moravam lá quatro militantes, incluindo Augusto Valdez, o responsável, que estabelecia a ligação ao Comité Central. Asseguravam, a partir de dentro, todas as tarefas relacionadas com a função daquela instalação – recepção de originais, aquisição de papel, composição e impressão, entrega dos materiais aos militantes encarregados da distribuição, o que implicava uma grande movimentação com entradas e saídas da casa, frequentemente com sacos e embrulhos⁽¹⁵⁾.

A situação repetia-se, apesar de já ter sido rastreada como factor que havia conduzido a desastres orgânicos anteriores. Por essa altura, já depois da prisão de Pável, um relatório enviado à Internacional Comunista explicava assim os efeitos da repressão: “O CC dedicou-se quase exclusivamente a esclarecer e difundir a linha política do partido. Este trabalho político conduz o CC a cometer o erro de subestimar o trabalho de organização, que estava e ainda está débil e imperfeito”⁽¹⁶⁾.

Porém, dois meses mais tarde, um outro relatório também enviado ao Komintern, datado de Setembro de 1938 e assinado por Pável e Manuel Domingues, ajustando o enfoque, abre justamente com a constatação que, passado ano e meio sobre o VII Congresso da I.C., o PCP não operou ainda “[...] uma viragem completa seja no que concerne à linha política, seja nos métodos de trabalho”⁽¹⁷⁾.

A política de quadros era nesta altura internamente bastante incipiente, ainda que nas relações com a Internacional Comunista o sistema de relatórios biográficos, por exemplo, fosse comum, pelo menos no que se

⁽¹⁵⁾ Cf. Lino dos Santos Coelho, *Memórias de um rebelde*, Lisboa, Editora Em Marcha, 1981, pp. 89-106.

⁽¹⁶⁾ ICS, AHS-IC, Documento 107, Maço 27, Caixa 2 [cópia de CRCEDHC – Moscovo, F495, op 10a, d 264], Luís, *Algumas notas sobre o relatório dos camaradas portugueses*, 16 de Junho de 1938, dact. [em francês], p. 1.

⁽¹⁷⁾ ICS, AHS-IC, Doc. 97, Mç 17, Cx 2 [cópia de CRCEDHC – Moscovo, F495, op 10ª d 264], Keiros e Amaro, *A situação política. A guerra de Espanha e a evolução do fascismo em Portugal*, recepção a 9 de Setembro de 1938, dact., [em francês], p. 6.

refere aos principais quadros dirigentes. O documento de Junho de 1938 enviado a Moscovo, ao mesmo tempo que informa da recomposição do Secretariado do Comité Central após a prisão de Pável, tem a preocupação de anexar as biografias dos elementos que ainda não eram do conhecimento da Internacional. Mesmo em tempo de profunda instabilidade orgânica com sucessivas alterações na composição dos órgãos executivos, tudo era comunicado a Moscovo.

Pável, depois de alguns anos como representante do PCP junto do Comité Executivo da IC, é instado por este organismo, assim como os quadros que frequentaram a Escola Internacional Lenine de Moscovo, a regressar ao país face à degradação organizativa existente. Vêm industriados num estilo de trabalho que passava incontornavelmente por manter as estruturas dirigentes internacionais informadas acerca dos quadros que iam passando pela direcção partidária.

Aliás, já anos antes, em 1935, a delegação portuguesa ao VII Congresso da IC apresenta, juntamente com as credenciais, uma biografia sucinta de cada um dos elementos que a compunham⁽¹⁸⁾. Um deles, Manuel Roque Júnior, operário metalúrgico que havia acompanhado a cisão das Juventudes Sindicalistas para fundar o PCP, omitira, com a protecção dos restantes elementos – Pável e Bento Gonçalves – as declarações prestadas na polícia anos antes. Quando a Comissão de Quadros da Internacional toma conhecimento do facto, com ele ainda em Moscovo, determina a sua expulsão do PCP e o seu afastamento da Internacional Sindical Vermelha, a que estava afecto, em Janeiro de 1936⁽¹⁹⁾.

A “reorganização” de 1940-41, delineada a partir do Tarrafal, onde se concentravam presos os quadros mais responsáveis e experientes do PCP, beneficiou da Amnistia dos Centenários que libertaria daí e de outras prisões políticas do país um importante conjunto de militantes, predispostos à refundação do Partido.

As linhas de orientação para esse movimento refundador encontram-se sistematizadas no documento “Que fazer?”⁽²⁰⁾, glosando sugestivamente a conhecida obra de Lenine.

⁽¹⁸⁾ Cf. ICS, AHS-IC, Mç 6, Cx 1 [cópia de CRCEDHC – Moscovo, F494, op 1, d 496], [sem título], 17 de Julho de 1935, dact., 2 pp.

⁽¹⁹⁾ Cf. IAN/TT, PIDE-DGS, PC 2551/41, Auto de Perguntas a Manuel Francisco Roque Júnior, em 7 de Janeiro de 1942, fls. 21-22.

⁽²⁰⁾ Cf. TCL, 4º JCL, Processo 151/63, apenso a fls 620, *Que fazer?*, s.d. [1940: “já passaram cinco longos anos sobre a data do 7º Congresso da IC”, p. 3], dact., 20 pp.

Trata-se de um diagnóstico sobre a situação organizativa do partido, de que resultava um repositório de medidas de actuação para aplicar as orientações do VII Congresso da Internacional Comunista. No entanto, para isso era necessário bolchevizar o PCP, o que significava vencer o visco sectário, implementar um quadro de medidas conspirativas e de defesa contra a vigilância e a repressão policial, melhorar a composição proletária dos quadros partidários, elevar o nível político da base, desenvolver um programa de publicações e de formação de quadros, reforçar a disciplina e a responsabilização individual.

Foi possível com esse impulso resgatar à influência da direcção em funções os melhores militantes, num trabalho que teve contornos marcadamente fraccionistas e que desembocou na edificação de um novo partido, no meio de acusações mútuas, nem sempre as mais esclarecedoras. Como é conhecido, até meio dessa década existiram em Portugal dois partidos comunistas com o mesmo nome e publicando cada um seu jornal, mas com o mesmo título – *Avante!*.

Mas nos primeiros tempos, apesar da impetuosidade dos propósitos, os “reorganizadores” nem sempre estiveram à altura de vencer vícios e erros antigos. Em 1942, parte da nova direcção – Júlio Fogaça e Joaquim Pires Jorge – é presa numa situação de grande fragilidade conspirativa, pois Pires Jorge vivia na mesma casa que Pedro Soares responsável pelo trabalho juvenil, onde são presos com Fogaça, com a agravante aliás, da instalação ser frequentada pelas namoradas dos residentes, que tinham vida legal, e por outros militantes com responsabilidades ao nível da Federação das Juventudes ou do Socorro Vermelho.

Como refere Joaquim Pires Jorge: “Enfim, era uma clandestinidade que não era clandestinidade nenhuma. E sofremos as consequências. A casa começou a ficar debaixo de olho da polícia e acabou por ser assaltada”⁽²¹⁾.

Com a prisão de Fogaça, o dirigente mais importante, e a sua substituição no Secretariado por Álvaro Cunhal é que se relança verdadeiramente a bolchevização do PCP, processo prolongado mas suficientemente coerente e rigoroso, operado a pulso por este dirigente que se afirmaria, não obstante a sua condição de intelectual, entre os seus pares na direcção partidária entretanto recomposta.

⁽²¹⁾ Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Edições Avante!, 1984, p. 40.

Cunhal constrói um partido de revolucionários profissionais na tradição leninista, incorporando os ensinamentos do funcionamento orgânico da Internacional Comunista, mas adaptando-os à experiência nacional⁽²²⁾, quer quanto às adversas condições de clandestinidade a que era forçado pelo regime, como à própria realidade de país predominantemente rural, procurando reduzir ao mínimo a exposição desses funcionários, camuflando-a nas características dos meios em que se instalavam e por onde se movimentavam.

Para Álvaro Cunhal, “a criação de elementos logísticos clandestinos essenciais, instalações, tipografias, imprensa clandestina, sistemas de ligação e transportes, bem como uma direcção experimentada e capaz, uma organização estruturada e os chamados métodos conspirativos de trabalho capazes de assegurar a defesa da repressão fascista”⁽²³⁾ foi outra condição essencial para manter uma actividade ilegal ininterrupta sob ditadura.

O conjunto de procedimentos a que os funcionários clandestinos do PCP estavam obrigados foi sendo codificado em circulares e folhetos especificamente dedicados a aspectos e a situações concretas, passando a constituir matéria passível de controlo de execução na estrutura vertical que, de cima abaixo, verificava e inspeccionava directamente não só a actuação política, como as condições de segurança de cada instalação e o comportamento quotidiano, até ao mais pequeno pormenor, dos que as utilizavam.

Estipulavam-se os salários, os critérios de distribuição de donativos em dinheiro e géneros, a forma de contabilização das despesas por grandes rubricas, que devia revestir mensalmente a forma de balancete, como se exigia a cada funcionário um relatório detalhado, diário, com a indicação do número de dias passado, no controlo dos sectores ou noutras tarefas, tenham ou não originado despesas. Tudo isso era analisado pelo controlador do organismo superior que, do mesmo modo inspeccionava as condições de segurança da instalação.

A correspondência sob a forma de carta ou telegrama, assim como os telefonemas, eram estritamente proibidos quer para a marcação de encontros quer para contacto com a família:

⁽²²⁾ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. “Duarte”, o dirigente clandestino*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 216-218.

⁽²³⁾ Álvaro Cunhal, *O Partido Comunista: da “reorganização”...*, p. 6.

“O Secretariado resolve que qualquer correspondência deste tipo, de camaradas funcionários, só pode de futuro ser estabelecida por via da organização. Qualquer outra solução aconselhável por circunstâncias particulares, deve ser anteriormente aprovada pelo Secretariado. (Circular n° 5, Julho de 1947)”⁽²⁴⁾.

Em nome da defesa do partido, a correspondência, mesmo particular, privada, circulava verticalmente, de funcionário em funcionário, até chegar ao sector partidário da região do destinatário, para ser, por essa via, finalmente entregue. Este percurso era, em regra, extremamente demorado e implicava a verificação e eventual expurgo do seu conteúdo pelo aparelho clandestino.

Nalguns casos, casais de funcionários foram organicamente separados, passando a viver em casas diferentes. A comunicação e os encontros entre si dependia de autorização superior, tornando-se muito espaçada, o que originou situações emocionais dolorosas, a muito custo contidas.

Fernanda Tomás, que chegaria a suplente do Comité Central, vivera antes uma situação dessas e protesta com o seu companheiro junto do Comité Central, ainda que mais tarde acabe por reconhecer errada essa reclamação, atitude que refere na sua biografia partidária:

“Perguntávamos ao Partido se não era possível harmonizar as coisas (ou trabalho no mesmo sector ou sectores próximos, etc.). Fazíamos outras considerações q[ue] não eram justas e, sobretudo, foi um erro ter ido até ao CC (embora houvesse circunstâncias a considerar, como alterações e deturpações). Colocar um simples problema pessoal. Mentiria, camaradas, se dissesse que acho justa a política de quadros q[ue] foi praticada connosco.

[...] Nunca fiquei convencida, cam.[aradas], q[ue] não houvesse outra solução q[ue] tivesse em conta os interesses do P[artido] (isto primeiro e acima de tudo) e um pouco também o coração dos quadros...”⁽²⁵⁾.

⁽²⁴⁾ TCL, 4° JC, *Processo 59/61* [44685], 4° vol., apenso a fls. 297, Resoluções extraídas das Circulares do Secretariado até ao n° 25, dact., p. 4.

⁽²⁵⁾ TCL; 3° JC, *Processo 16557/61*, 2° vol., apenso a fls. 98, C. Para acrescentar à m/ biografia partidária, s.d. mns e dact.

São ainda estabelecidas normas sobre o funcionamento da casa, de modo, por exemplo, a que seja igualmente o Secretariado a definir quem conhece e quem frequenta cada uma das instalações clandestinas.

No caso das tipografias e do aparelho de distribuição da imprensa, são profundas as alterações introduzidas em relação ao esquema de funcionamento dos anos trinta. Passavam a estar instaladas fora dos grandes centros, a que regressariam só mais tarde; distinguiam-se tipografias activas de tipografias de retaguarda; nas activas, numa, por vezes em duas, imprimia-se apenas o *Avante!*, noutra só *O Militante*... Eram imediatamente desmontadas e transferidas de local à menor suspeita de vigilância ou cerco por parte da polícia.

Os funcionários técnicos constituíam organismos de pequena dimensão, de base familiar. O casal, por vezes com auxílio de um filho, ainda criança ou jovem, dedicavam-se exclusivamente às tarefas de composição e impressão, como no caso de Joaquim Rafael, clandestino desde 1943, na distribuição de imprensa primeiro e depois 25 anos nas tipografias⁽²⁶⁾, onde também trabalhava a sua companheira e onde nasceu e cresceu, ajudando, a sua filha.

Um funcionário controlava as tipografias, levava o papel e originais a imprimir, inspeccionava as respectivas condições de funcionamento e ia buscar o material já editado que entregava, longe e em pontos afastados uns dos outros, já dividido entre o que seguia para norte e para sul, onde era, por sua vez separado por organizações regionais que procediam do mesmo modo até chegarem às células e comités locais.

Um membro do secretariado controlava a actividade do elemento responsável pelas tipografias e cada organização provincial procedia do mesmo modo ao longo de toda a fileira vertical estabelecida.

O aparelho de distribuição estruturava-se paralelamente à organização do partido com quem mantinha e para esses efeitos específicos apenas uma rede mínima de contactos.

A meio dos anos quarenta, o assalto à casa onde reunia o Comité Local de Lisboa provoca a transferência das duas tipografias em funcionamento. Uma delas, a que imprimia o *Avante!*, instalada em Almoçageme

⁽²⁶⁾ Cf. Manuel da Silva, *30 anos de vida na clandestinidade*, Lisboa, edições Avante!, 1996, p. 46.

é transferida para a Atouguia da Baleia, daí para Valegas, depois para o Ameal e ainda para a Marinha Grande, donde passa a Torres Novas e ao Barqueiro, perto de Alvaiázere.

Quando se dá a prisão de Álvaro Cunhal, no Luso, em 1949, o alarme é enorme e Manuel Domingues, responsável do CC pelo aparelho técnico e de imprensa, determina a transferência da tipografia onde se estava a imprimir o nº 134 do *Avante!*, cujo trabalho só será concluído já na nova instalação, em Coimbra, na zona de Leiria⁽²⁷⁾.

Nesta altura, as investidas policiais permitem à polícia conhecer com algum detalhe a localização de tipografias, os materiais que imprimiam, os mecanismos para conseguir o “papel bíblia” e um vasto conjunto de instalações de apoio complementares. Porém, a já oleada compartimentação orgânica e um funcionamento segundo severas normas conspirativas permitiria que Manuel Domingues não fosse localizado pela PIDE e pudesse tomar as medidas de defesa que, ainda assim, conseguiram amortecer o impacto do embate policial, apesar dele próprio não conseguir sobreviver nem política nem mesmo fisicamente à ressaca verificada no interior do PCP.

Em 1950, a situação parece controlada e a imprensa pode continuar, não obstante esporádicos sobressaltos, a ser editada com notável continuidade.

Os funcionários políticos do PCP

Os funcionários políticos formavam a espinha dorsal da organização partidária. O seu recrutamento deveria corresponder a uma selecção fundada em critérios de dedicação, combatividade, capacidade de direcção política e consistência ideológica, tendo em linha de conta a respectiva origem e condição social.

Uma rigorosa política de quadros deveria permitir a identificação, acompanhamento e selecção dos melhores de entre os melhores para serem convidados a passar à clandestinidade.

⁽²⁷⁾ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, P. 64/GT, Fernando Gouveia, *Relatório da actividade desenvolvida pelo Dr. José Augusto da Silva Martins*, 27 de Janeiro de 1950, dact., 28 pp.

Não obstante, as circunstâncias adversas da pressão policial levavam a que a maioria dos militantes se funcionalizassem em situação de queda, isto é, sob ameaça iminente de serem presos. Passar à clandestinidade não só evitaria a prisão imediata como permitiria prosseguir a um outro nível e com responsabilidades acrescidas a luta contra a ditadura.

Soeiro Pereira Gomes, o escritor e militante, chefe de escritório na Fábrica de Cimentos Tejo, em Alhandra, é um desses casos. Com tarefas de direcção na organização local, andava a ser sondado por Alfredo Dinis, o membro do Comité Central que o controlava, para passar à clandestinidade. A antipatia difusa num misto de admiração, que Manuela Câncio Reis, a companheira de Soeiro, nutria pelo dirigente comunista resultava desse envolvimento: “[...] não gostava nada, também, que ele dissesse, trocando breve olhar contigo, que a vida na clandestinidade não era assim tão má como eu poderia julgar. Via bem que me mentia para que não me apavorasse tanto ‘o salto’ que um dia te verias obrigado a dar se as coisas se complicassem”⁽²⁸⁾.

Soeiro, prestes a ser preso na sequência das greves de Maio de 1944 na corda industrial de Vila Franca de Xira, passa à clandestinidade, situação em que virá a falecer em Dezembro de 1949. Torna-se entretanto responsável do Comité Provincial do Ribatejo do PCP, é eleito suplente do Comité Central no IV Congresso, passa à Direcção da Organização Regional de Lisboa, controla células, comités locais e sectores, como o dos intelectuais e dos jovens, representa o Partido Comunista no Comité Executivo do MUNAF, Movimento de Unidade Nacional Anti-fascista⁽²⁹⁾.

Como Soeiro Pereira Gomes, muitos outros militantes tiveram de se tornar funcionários devido a essas greves, chegando igualmente alguns deles, mais tarde, a membros do Comité Central, como Gui Lourenço ou José Lopes Baptista.

Tratando-se de um militante de origem intelectual, já com obra publicada, relativamente conhecido nos meios culturais neo-realistas, os anos de clandestinidade seriam, compreensivelmente, pouco frutíferos do ponto de vista da criação literária. Teria nesse período apenas revisto o

⁽²⁸⁾ Manuela Câncio Reis, *Eles vieram de madrugada*, Lisboa, Editorial Caminho, 1981, pp. 66-67.

⁽²⁹⁾ Cf. João Madeira, “Soeiro Pereira Gomes e o PCP nos ‘trilhos da clandestinidade’ (1944-1949)”, *Vértice*, II série, 93, Janeiro-Fevereiro de 2000, pp. 47-58.

original de *Engrenagem*, escrito os *Contos Vermelhos* e deixado um bloco de notas sobre um novo romance, que nunca conseguiria passar da fase muito incipiente de preparação⁽³⁰⁾.

Todavia, muitos anos depois, a apreciação que Álvaro Cunhal faz dele inverte os termos da situação:

“Soeiro Pereira Gomes é um caso à parte. Não foi o escritor que se tornou militante clandestino e organizador de greves e outras lutas de massas, mas esse militante clandestino que, revelando-se talentoso escritor, trouxe à literatura portuguesa aspectos vivos da sua experiência de revolucionário”⁽³¹⁾.

Era, evidentemente, a apologia da actividade clandestina como a mais fecunda fonte de seiva para uma criação literária revolucionária, mesmo que isso não se ajustasse propriamente às reais dificuldades do quotidiano da clandestinidade, fosse pela férrea disciplina auto-imposta, sempre diligentemente controlada de cima para baixo, fosse pela rotina de gestos e movimentos em que se espartilhava e constancia a vida e a acção dos funcionários, deixando-lhes pouco tempo para devaneios literários ou artísticos.

O próprio Álvaro Cunhal terá disto uma vivência directa. As tarefas absorventes dificilmente se compadeciam com essas actividades. O *Até amanhã, camaradas* é escrito entre a Penitenciária de Lisboa e Peniche nos anos de reclusão que sofreu ao longo de toda a década de cinquenta e, que de algum modo, corresponde à concretização do projecto frustrado de Soeiro. Do mesmo modo, os *Desenhos da prisão* com as fortes temáticas sociais rurais num período que ficaria marcado no imaginário do PCP pelas lutas e movimentações cíclicas dos assalariados agrícolas dos campos do sul por pão e trabalho

Bastaria aliás seguir os capítulos iniciais do *Até amanhã, camaradas* em que a vida do clandestino é narrada nas inúmeras tarefas que compõem o seu ciclo de laboração diária – os contactos com as organizações locais, a distribuição da imprensa, as dezenas de quilómetros percorridos numa dureza quotidiana argamassada de intenso sacrifício físico, de fome, para

⁽³⁰⁾ Cf. Giovanni Ricciardi, *Soeiro Pereira Gomes. Uma biografia literária*, Lisboa, Caminho, 2000, pp. 167-227.

⁽³¹⁾ Cit. in João Madeira, *Soeiro...*, p. 57.

perceber que ali dificilmente haveria espaço para escrever, desenhar ou pintar fora dos relatórios sobre o estado da organização ou as movimentações sociais, dos artigos para a imprensa partidária, da contabilização pormenorizada das movimentações, dos balancetes mensais da casa ilegal...

O então jovem comunista Mário Soares, destacado dirigente do MUD Juvenil, ao recusar participar, em 1946, no IV Congresso do PCP, propondo que em sua substituição fosse Octávio Pato, parece ter percebido que esse convite se destinava também a aproximá-lo e a envolvê-lo numa passagem à clandestinidade mais ou menos próxima, passo que não quis dar:

“Eu tive a noção plena de que participar num Congresso na clandestinidade era um risco que me poderia conduzir a um empenhamento sem regresso. Isso, sim, seria uma viragem, um corte total com o que pensava fazer na vida. Uma coisa era a luta à luz do dia, ser preso, voltar a sair, continuar a lutar, mas ir fazendo a minha vida pessoal; outra a clandestinidade”⁽³²⁾.

Os funcionários que controlavam os sectores recebiam da direcção indicações sobre as necessidades de reforço do quadro de clandestinos, o que permitia que perante a ameaça de prisão, tendo em conta as características do militante em questão, a proposta de funcionalização lhe fosse feita.

Sucedia no entanto que as brechas provocadas pela repressão determinavam grandes necessidades de repor as fileiras do aparelho partidário clandestino. Desta forma, tanto eram funcionalizados militantes com capacidade política e doutrinária para o controlo de organizações, como outros, bastante mais impreparados desse ponto de vista, mas com qualidades vislumbradas no que se refere à combatividade, espírito de dedicação ou sacrifício.

No PCP, fora do estreito círculo de dirigentes com funções executivas, um dos raros textos de desdobramento táctico da autoria de funcionários, mesmo que membros do Comité Central, é *Praça de Jornal*⁽³³⁾, de Soeiro

⁽³²⁾ Maria João Avelaz, *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 71.

⁽³³⁾ Cf. Soeiro Pereira Gomes, *Praça de Jornal*, Lisboa, Edição da Organização dos Técnicos Agrícolas da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, 1976.

Pereira Gomes, datado de Agosto de 1946 e relacionado com a actuação entre os assalariados agrícolas do sul, que constitui efectivamente um escrito que combina fundamentação teórica com indicações concretas para actuação no terreno social.

Mesmo ao nível dos estudos de incidência económica e social que ajudassem a fundamentar a linha política do partido a carência é enorme. Cunhal é um dos poucos que trabalha a esse nível, com destaque para *A Questão Agrária em Portugal*⁽³⁴⁾, ainda que escrito na prisão. No final dos anos quarenta e cinquenta, Júlio Fogaça, o mais importante dirigente do PCP durante o longo período de prisão de Cunhal, é autor de um conjunto de estudos de caracterização do país e particularmente na área económica, preocupado com a concentração capitalista⁽³⁵⁾.

Na direcção do partido entendia-se que as características fundamentais para a funcionalização tinham a ver com a combatividade, a firmeza, a disciplina, qualidades que operários de origem e condição melhor garantiriam. E sendo a clandestinidade uma escola, a formação política e ideológica fazia-se aí, no dia a dia.

Todavia, o afã quotidiano dos funcionários, num misto de controlo de execução e defesa, subalternizava quase invariavelmente esse aspecto formativo, deixando de fora das agendas das reuniões a discussão política ou ideológica, que se restringia a fornecer e a recolher extensas informações, cuidadosamente elencadas e alinhadas. As tarefas de estudo dos textos doutrinários era aliás remetida para a iniciativa individual do funcionário.

Há, pelos anos cinquenta um inquérito com 25 questões destinado aos funcionários do partido que abrangia os diferentes aspectos da vida clandestina, mas que começa por se preocupar com o estudo e a formação dos quadros, indagando sobre os livros de doutrina marxista-leninista que são lidos, sobre os jornais a que diariamente acedem, as colecções de imprensa e de panfletos conservados, se a sua organização facilita o

⁽³⁴⁾ Cf. Álvaro Cunhal, *A questão agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

⁽³⁵⁾ Cf., designadamente Vilar [Júlio Fogaça], *O latifúndio e a reforma agrária*, Janeiro de 1947, dact., 67 pp.; Ramiro [Júlio Fogaça], *O Sul do País (Breve estudo de algumas das suas características)*, Setembro de 1954, dact., 22 pp.; *Características fundamentais das regiões do "Norte" e do "Centro" de Portugal*, Novembro de 1951, dact., 31 pp.; *Monopólios e monopolistas*, s.d. 11 pp.

estudo, se o ambiente em casa é bom para esse efeito, quantas horas dedica ao estudo e como procede.

Mas este inquérito detém-se também sobre as companheiras, procurando saber se ajudam ou dificultam o seu estudo, se compreendem a necessidade de cuidados conspirativos para a defesa da instalação, questionando – “Tens a certeza que a tua companheira não compromete o P[artido] no caso de ser presa?”⁽³⁶⁾.

Apesar da consideração que é dedicada às funcionárias das casas do partido quando em 1946 se começa a publicar o *3 Páginas*, boletim que lhes é destinado e que adoptará depois o título *A Voz das Companheiras das Casas do Partido*, as resistências por parte dos companheiros a apoiarem-nas no estudo, que eles próprios tinham dificuldade em realizar, ou na discussão de matérias políticas, são muito grandes, situação que parece particularmente grave no final dos anos cinquenta, a ponto de suscitar um inquérito específico tomado já pelo Secretariado de Álvaro Cunhal depois da fuga de Peniche.

“Rosa Maria”, questionada no inquérito sobre a tarefa que desenvolvia, responde com uma certa ponta de amargura que “A minha tarefa presente é a que tem sido em toda a minha vida apenas doméstica”⁽³⁷⁾, outras repetem-no, resignando-se face à importância que reveste a defesa da casa. Mais raras são as que afirmam o seu descontentamento e reclamam mudanças.

Percursos conturbados

As prisões de 1949-52 deixaram o partido numa situação muito debilitada. Se em conjuntura de guerra as levas de recrutamento para o aparelho clandestino vão beber nas enormes movimentações sociais – as mais pujantes em toda a vida clandestina do PCP – nos anos cinquenta, com um quadro de refluxo até às eleições presidenciais de 1958, o perfil

⁽³⁶⁾ Cf transcrição in Legião Portuguesa, BIAC, *Boletim Informativo de Actividades Comunistas*, Fascículo 19, Artigo 7º, Abril de 1958.

⁽³⁷⁾ IAN/TT, TCL, 2º JC, *Processo 90/62*, 6º vol., apenso a fls. 457, Rosa Maria, Resposta ao Sec. do CC, dact., s.d., p. 1.

do novo funcionário altera-se substancialmente. É o núcleo central do MUD Juvenil, onde se destaca uma geração estudantil particularmente empenhada e combativa, que fundamentalmente vai permitir recompor não só o quadro de funcionários do PCP como o próprio Comité Central – Alexandre Castanheira, Carlos Aboim Inglês, Francisco Martins Rodrigues, Carlos Brito, Pedro Ramos de Almeida, Aurélio Santos, José Dias Coelho, Ângelo Veloso, entre outros, a que se juntam pela mesma via, naturalmente, militantes de origem operária, como Domingos Abrantes ou José da Conceição Gomes.

Naturalmente que não se trata de um veio único nesse ininterrupto processo de recomposição. O ciclo ofensivo iniciado com o movimento das presidenciais de 1958 arrastar-se-á até 1962. Há localidades que nesse período mantêm um fluxo assinalável. É o caso do Couço⁽³⁸⁾. Quando a partir de 1962 a repressão consegue sustentar e desmantelar o impetuoso *continuum* de efervescência política e social na pequena aldeia ribatejana, vários militantes assalariados rurais haviam não só passado à clandestinidade como ido constituir a Organização Provincial do Alentejo – o miolo do aparelho clandestino no sul – até meio dos anos sessenta. José Joaquim Dias, “o capador”, vivia numa casa do partido na Baixa da Banheira e controlava o Baixo Alentejo; Joaquim Pólvora Anselmo, estava instalado em Pinhal Novo e controlava o sector do Alto Alentejo; Jerónimo Bom, que morava entre Montijo e Pegões, agia entre Montargil e Montemor-o-Novo e Joaquim Augusto dos Santos, o “Joaquim Mocinho”, era o responsável pela Organização Provincial, vivendo perto do Penteado, e integrava o escalão superior que era a Direcção da Organização Regional do Sul.

Outros funcionários, igualmente fugidos do Couço agiam na região, como José Inácio, responsável pelo Comité Regional do Alentejo Litoral ou Isidro Fino Henriques que integrava o Sub-Comité Regional de Estremoz, Bencatel e Redondo.

O nível político e ideológico geral dos funcionários era fraco e havia-se tornado necessário realizar alguns cursos de quadros, de poucos dias, orientados pelos principais dirigentes. Todavia isso era insuficiente e, apesar dos esforços, não havia sido possível instituir uma escola de

⁽³⁸⁾ Cf. Paula Godinho, *Memórias da Resistência Rural no Sul*, Lisboa, Celta, 2001.

apesar dos esforços, não havia sido possível instituir uma escola de quadros à semelhança do que acontecia nos outros partidos comunistas.

Depois da fuga de Cunhal de Peniche e da sua partida para a União Soviética, passaram a realizar-se aí cursos, alguns com mais que uma dezena de participantes, idos todos do interior do país, que, depois de terminados regressavam retomando as suas funções ou ocupando posições que a repressão havia desguarnecido.

Joaquim Augusto dos Santos participou num desses cursos saindo do país em Outubro de 1962 e regressando em Março de 1963. Aí iria encontrar mais dois militantes do Couço. Foi quando regressou que substituiu António Gervásio como responsável da Organização Provincial do Alentejo, para que este fosse com o mesmo objectivo à URSS.

Os cursos decorriam em Moscovo na Escola Central de Quadros do PCUS, com diferentes disciplinas como Filosofia, Economia Política, Movimento Operário Internacional, História do PCUS e Situação Política em Portugal e nas colónias. Os professores eram soviéticos e as suas aulas tinham tradução simultânea para espanhol, com excepção de Álvaro Cunhal que leccionava as matérias sobre Portugal e as colónias⁽³⁹⁾.

Os “filhos” do “desvio de direita”

Esta preocupação acrescida com a formação dos quadros, forneceu ao PCP, no âmbito da designada correcção do desvio de direita, orientação política e sobre o funcionamento orgânico, com que confrontaria os últimos anos de direcção de Júlio Fogaça.

Um dos documentos mais importantes desse processo, o primeiro aliás a ser produzido, foi o relatório intitulado “Ensinamentos duma série de traições”, determinado pelo Comité Central de Fevereiro de 1960 e aprovado em Março do ano seguinte.

O período de 1958-59, isto é, o rescaldo da campanha de Delgado, fora particularmente grave do ponto de vista da repressão, com a prisão de mais de 40 funcionários, dos quais mais de uma dezena membros do CC, e o assalto a quase vinte casas clandestinas e uma tipografia.

⁽³⁹⁾ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, PC 1498/65, Auto de Perguntas a José Inácio em 17 de Julho de 1965, fls. 101-105.

Particularmente um membro efectivo e outro suplente do CC, cinco funcionários de controlo provincial e vários que actuavam no Comité Local de Lisboa haviam prestado extensas informações sob pressão e violência nos interrogatórios policiais. Mas, tão grave quanto isso, a polícia conseguira no assalto às casas clandestinas apoderar-se de abundante documentação que revelava métodos de trabalho e aspectos sensíveis da actividade partidária⁽⁴⁰⁾.

A peça fundamental para a elaboração do documento foi um questionário enviado com carácter de urgência a todos os funcionários para recolher elementos e informações sobre a actividade de oito dos quadros presos que haviam prestado declarações na polícia, pedindo que as respostas fossem dadas separadamente em relação a cada um dos indivíduos nomeados.

Numa dúzia de questões perguntava-se do conhecimento da biografia e da respectiva actuação partidária, traços de carácter, qualidades e defeitos, opiniões ouvidas a terceiros, processos de promoção e opinião pessoal sobre cada um dos casos⁽⁴¹⁾.

As respostas foram vertidas no referido relatório e constituem o elemento concreto para concluir que o conhecimento dos quadros era defeituoso, as promoções fáceis e infundamentadas, que grassava o apreço pelo servilismo em relação aos dirigentes superiores, assim como a vaidade e a presunção em relação aos organismos inferiores e que mesmo do ponto de vista moral muitos deles eram degenerados e pervertidos.

Há, evidentemente, uma dose muito forte de subjectividade e alguma mesquinhez neste tipo de apreciações. Sobre a vaidade e a presunção, por exemplo, em relação a um deles refere o relatório:

“Tão conhecido era este traço que ‘a presunção (dizia-se) parecia ser o seu principal defeito’ (Ma.). Muitos camaradas observam com perspicácia as suas atitudes: ‘estava à mesa de trabalho [...] para não parecer mal’ (Ab.); falava de maneira ‘empoadá’ para fazer crer que era

⁽⁴⁰⁾ Cf. Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Ensinamentos duma série de traições*, s.d., dact., pp. 2-3.

⁽⁴¹⁾ Cf. IAN/TT, ADL, TCL, 3º JC, *Processo 16557/61*, 3º vol., *Aos membros do CC e funcionários do P. Questionário*, apenso a fls. 207, 2, s.d., dact.

da Direcção (Ro.); dava 'muito relevo a certas análises que fazia como se fossem grandes descobertas filhas dos seus méritos pessoais' (Ism.); 'sentia grande prazer em passar por grande senhor' (M. Ibe.); era 'gabarola, fazendo ver que fazia muito' (R.M.); 'gastava muito tempo a falar de si' (Alb.)''⁽⁴²⁾.

O relatório estende-se em larga medida por este tipo de considerações que, quando se reportam a questões morais. Sobre o mesmo indivíduo, se diz que era "incorrecto, malcriado, grosseiro e ofensivo, dizendo palavras mesmo á frente de crianças" (M. Ib., Alb.) contava, não com sentido crítico, mas "com requintes de gozo e galhofa", histórias imorais (R.M.); gostava de contar e de se gabar de ligações indecentes que tivera com raparigas (M. Ib.) e tinha frases e conversas atrevidas e indignas com as camaradas, mesmo diante dos seus companheiros (Luc., M. Ib.)⁽⁴³⁾.

Mesmo assim, o texto do secretariado levado à reunião do Comité Central sofreria ainda o expurgo de algumas partes que se referiam a boatos sobre comportamento e a orientação sexual de alguns deles.

O relatório pretendia concluir, com abundância exemplos, que as características e os traços negativos daqueles que não haviam respeitado o princípio da defesa dos segredos do partido decorriam de uma aplicação frouxa dos critérios de selecção e promoção dos funcionários, permitindo que germinassem concepções e práticas dissolventes, denunciadas como tendência anarco-liberal em matéria de organização.

Neste entendimento, no período em que Fogaça esteve à frente do PCP, particularmente no final dos anos 50, predominou a ideia que o regime estava numa situação de desagregação irreversível, possibilitando uma saída pacífica, o que contribuía para o relaxamento do centralismo e da disciplina partidária, com efeitos ao nível da política de quadros, que passava a ser menos rigorosa, menos vigilante e mais liberal, abrindo as portas a democratismos excessivos ou a igualitarismos dentro do partido, tudo tendências qualificadas de pequeno burguesas e anarquizantes.

⁽⁴²⁾ *Ensinamentos...*, p. 26.

⁽⁴³⁾ *Idem*, p. 30.

Traços identitários

O recém-eleito secretário-geral do PCP repunha assim, em matéria de política e de organização, o essencial da identidade partidária que havia construído nos anos quarenta, afastando por meio de um vigoroso ímpeto crítico as ideias e práticas que Fogaça havia instituído a partir dos organismos executivos do Comité Central para que fora guindado praticamente em permanência desde 1952.

Na realidade, era de duas concepções de partido e de política para o partido que se tratava, ainda que ambas tivessem a mesma extracção, mas interpretando de modo diverso as duas questões cruciais da vida partidária – a estratégia para o derrube do regime e as modalidades de transição, por um lado, e o modo de bolchevização do partido, por outro.

Prevaleceu a orientação de Álvaro Cunhal. A construção de uma linha política para o derrube de Salazar – a via do levantamento nacional e da revolução democrática e nacional – assim como a identidade partidária e a cultura clandestina foram forjadas em duas fases, entre 1942 e 1949, primeiro e a partir de 1960, depois, mas sempre sob a sua orientação directa.

Mesmo considerando essas diferenças entre Fogaça e Cunhal, mesmo admitindo que as concepções orgânicas daquele se poderiam compatibilizar melhor com um outro entendimento da via para o derrube do regime, na prática os constrangimentos no processo de selecção de funcionários parece ter sempre condicionado a política de quadros. Apesar da superação da tendência anarco-liberal, ao longo dos anos sessenta, outros funcionários prestaram igualmente extensas declarações na polícia, causando danos profundos ao partido, como sucedeu em 1963, 1964, 1967 ou 1971

Não obstante, a identidade partidária assentou, como temos vindo a perseguir, num corpo de funcionários eficaz e disciplinado, regendo-se por um conjunto de regras e de atitudes que foram sendo aperfeiçoadas diante dos problemas concretos, com uma atenção quase permanente ao controlo dos quadros por parte dos organismos dirigentes do PCP, particularmente ao nível do seu Secretariado.

A cultura de clandestinidade resultou de uma espécie de casamento entre a apreensão da tradição orgânica leninista e Kominterniana dos anos trinta, na interpretação fortemente tutelada de Estaline, e a realidade nacional marcada por esse constrangimento determinante que era a

pressão e ofensiva dos aparelhos repressivos do regime de Salazar sobre o Partido Comunista.

Se este foi um dos principais traços que assegurou o funcionamento ininterrupto do PCP ao longo de décadas, esse edifício laboriosa e incessantemente construído e reconstruído, praticamente impermeável à infiltração policial nos escalões superiores, reflectiu debilidades que o acabariam por moldar também do ponto de vista identitário.

O horizonte dos quadros clandestinos centrava-se no conjunto de tarefas práticas e de rotinas consideradas indispensáveis para levar ao derrube do regime, fundava-se num verdadeiro ódio a Salazar, às elites do regime e à PIDE, mas tinha uma grande dificuldade em elevar-se do ponto de vista político e ideológico.

As mil e uma tarefas rotineiras, mas essenciais ao funcionamento da máquina partidária, sobrepunham-se às debilidades e vacuidades político-ideológicas. Num mecanismo quase que de autodefesa interna, muitos funcionários resvalavam frequentemente para atitudes arrogantes e autoritárias sobre os militantes, que a isso se submetiam em nome da disciplina e de todo o imaginário em que se embrulhavam os superiores interesses do partido.

Nestas condições, o corpo de funcionários actuou mais como uma espécie de pivot colectivo entre a base e o núcleo mais duro da direcção, numa repartição de funções segundo a qual, nos domínios da política e da doutrina, ao Comité Central e aos seus organismos executivos em particular, cabiam tarefas de produção e de interpretação, enquanto que aos funcionários caberia a tarefa mais simbólica que real, ainda que eficaz na organização da resistência contra o regime, de reprodução e legitimação.